

Processo nº 2090.01.0000376/2026-92

Governador Valadares, 15 de janeiro de 2026.

Procedência: Despacho nº 1/2026/FEAM/URA LM - CAT

Despacho nº 1/2026/FEAM/URA LM - CAT	
Empreendedor: NITRONEL LTDA.	CPF/CNPJ: 02.222.657/0003-90
Empreendimento: NITRONEL LTDA.	CPF/CNPJ: 02.222.657/0003-90
Processo Administrativo SLA: 30814/2025	Município: São Gonçalo do Rio Abaixo – MG
Assunto: Arquivamento do Processo Administrativo de Licença Ambiental Concomitante LAC2 em fase de Licença de Instalação Corretiva e Operação (LIC+LO)	
Equipe interdisciplinar	MASP
Cíntia Marina Assis Igídio - Gestora ambiental	1.253.016-8
João Paulo Braga Rodrigues - Gestor Ambiental	1.365.717-6
Patrícia Batista de Oliveira - Gestora Ambiental	1.364.196-4
Emerson de Souza Perini - Analista Ambiental	1.151.533-5
De acordo: Flavia Evangelista - Coordenadora de Controle Processual	1.401.491-4

Sr. Chefe Regional.

O empreendimento NITRONEL LTDA. pretende atuar no setor de fabricação de explosivos, exercendo suas atividades na zona rural do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG.

Em 27/09/2023 foi formalizado, via Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA, o Processo Administrativo nº. 2207/2023 para atividade “C-04-08-1 Fabricação de explosivos, detonante para caça e desporto e fósforo de segurança e/ou fabricação de pólvora e artigos pirotécnicos” – área construída 0,297ha, na modalidade de Licenciamento Ambiental Concomitante LAC, nas fases de Licença Prévia, Instalação e Operação, Classe 3, com incidência de critério locacional. Paralelamente foi formalizado o Processo Administrativo SEI nº1370.01.0026098 32 de Autorização para Intervenção Ambiental – AIA do tipo “Supressão da cobertura vegetal nativa com ou sem destoca, Intervenção em Área de Preservação Permanente - APP com ou supressão de vegetação nativa e Corte/poda de árvores isoladas, vivas ou mortas”.

Em atendimento à demanda da Coordenação de Análise Técnica da URA-LM, para dar continuidade a análise do P.A. SLA n. 2207/2023, foi realizada vistoria na área do empreendimento em 21/02/2024, sendo lavrado o Auto de Fiscalização FEAM/URA LM - CAT nº. 7/2024 (id. SEI 82403492).

Diante dos fatos verificados/informados, tanto em vistoria quanto com base nos levantamentos geoespaciais, constatou-se: Instalação, via construção de benfeitorias, do empreendimento licença ambiental e Supressão de vegetação nativa em estágio médio de regeneração natural em área comum, em APP e em Reserva Legal. Sendo assim, foi lavrado o AI n. 330610/2 aplicadas as penalidades administrativas tipificadas pelos códigos 106, 301 (alíneas A e B), 302 e 309, dos anexos I e III, respectivamente, do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

A partir da análise dos autos do processo, a equipe técnica apresentou considerações por meio da Despacho nº 25/2024/FEAM/URA LM – CAT (id. SEI 82905841), sendo o processo arquivado em 29/02/2024.

Em 13/01/2025, buscando novamente a regularização do empreendimento, foi formalizado o Processo Administrativo nº. 179/2025, via SLA, para atividade “C-04-08-1 Fabricação de explosivos, detonante para caça e desporto e fósforo de segurança e/ou fabricação de pólvora e artigos pirotécnicos” – área construída 0,297ha, na modalidade de Licenciamento Ambiental Concomitante – LAC, nas fases de Licença de Instalação Corretiva e Operação (LIC+LO), concomitantes, Classe 3, com incidência de critério locacional. Simultaneamente, foi formalizado o Processo SEI n. 2090.01.0019743/2024-19 de Autorização para Intervenção Ambiental – AIA visando à regularização da supressão de vegetação nativa já realizada, correspondente a uma área total de 0,8000 hectares, sendo 0,2779 hectares destinados à supressão de vegetação para uso alternativo do solo, 0,0296 hectares referentes à intervenção, com ou sem supressão, em Área de Preservação Permanente (APP) e 0,4925 hectares, que correspondem ao corte ou aproveitamento de 35 árvores isoladas nativas vivas.

Novamente, fora realizada vistoria na área do empreendimento em 12/05/2025, sendo lavrado o Auto de Fiscalização FEAM/URA LM - CAT nº. 31/2025 (id. SEI 113520499) e em 25/06/2025 o processo foi arquivado pelos motivos expostos no Despacho nº 124/2025/FEAM/URA LM – CAT (id. SLA 116547263).

Mais uma vez, em 15/08/2025, foi formalizado o Processo Administrativo nº. 30814/2025 via Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA, para atividade “C-04-08-1 Fabricação de explosivos, detonante para caça e desporto e fósforo de segurança e/ou fabricação de pólvora e artigos pirotécnicos” – área construída 0,297ha, na modalidade de Licenciamento Ambiental Concomitante – LAC2 (LIC+LO), Classe 3, com incidência de critério locacional.

A partir da análise dos autos do processo, a equipe técnica apresenta as seguintes considerações:

1) Na caracterização da atividade junto ao SLA o empreendedor informou que:

a. (cód-07029) **NÃO** houve supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas, entre o período de 22 julho de 2008 e a data de acesso a este sistema para a presente solicitação de licenciamento.

Ocorre que em 18/08/2022 foi lavrado o Auto de Infração nº 300577/2022 (REDS 034982976/2022), com penalidade de multa simples e **SUSPENSÃO** das atividades, por suprimir vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, em uma área de 0,8ha. Conforme o REDS citado, tal intervenção ocorreu com intuito de preparar o terreno para construção de galpão para estocagem de materiais explosivos.

b. (cód-07034) **NÃO** Houve outras intervenções ambientais que se enquadrem no rol previsto no art. 3º do Decreto Estadual 47.749, de 11 de novembro de 2019, entre o período de 22 julho de 2008 e a data de acesso a este sistema para a presente solicitação de licenciamento.

Verifica-se, com base no AI nº 330610/2024, que o empreendimento foi autuado por Intervir em área de preservação permanente e por intervir, através de supressão de vegetação nativa em área de Reserva Legal proposta no CAR. Intervenções essas, passíveis de autorização ambiental e constantes no rol previsto no art. 3º do Decreto Estadual 47.749, de 11 de novembro de 2019.

Ao promover o lançamento geoespacial das coordenadas geográficas constantes no REDS, verifica-se que a área onde atualmente se encontra o Galpão de Paio de Explosivos, localiza-se nas proximidades das coordenadas 19°41'48.00"S/43°21'4.70"W (figuras 1 e 2), foi objeto de autuação, assim como o Galpão de Acessórios (caracterizado nesse processo fora da ADA), localiza-se nas proximidades das coordenadas 19°42'3.50"S/43°20'58.80"W.



Figura 1- Galpão Paiol de Explosivos (em vermelho). ADA (em amarelo). **Fonte:** Google EarthPro, junho de 2021.

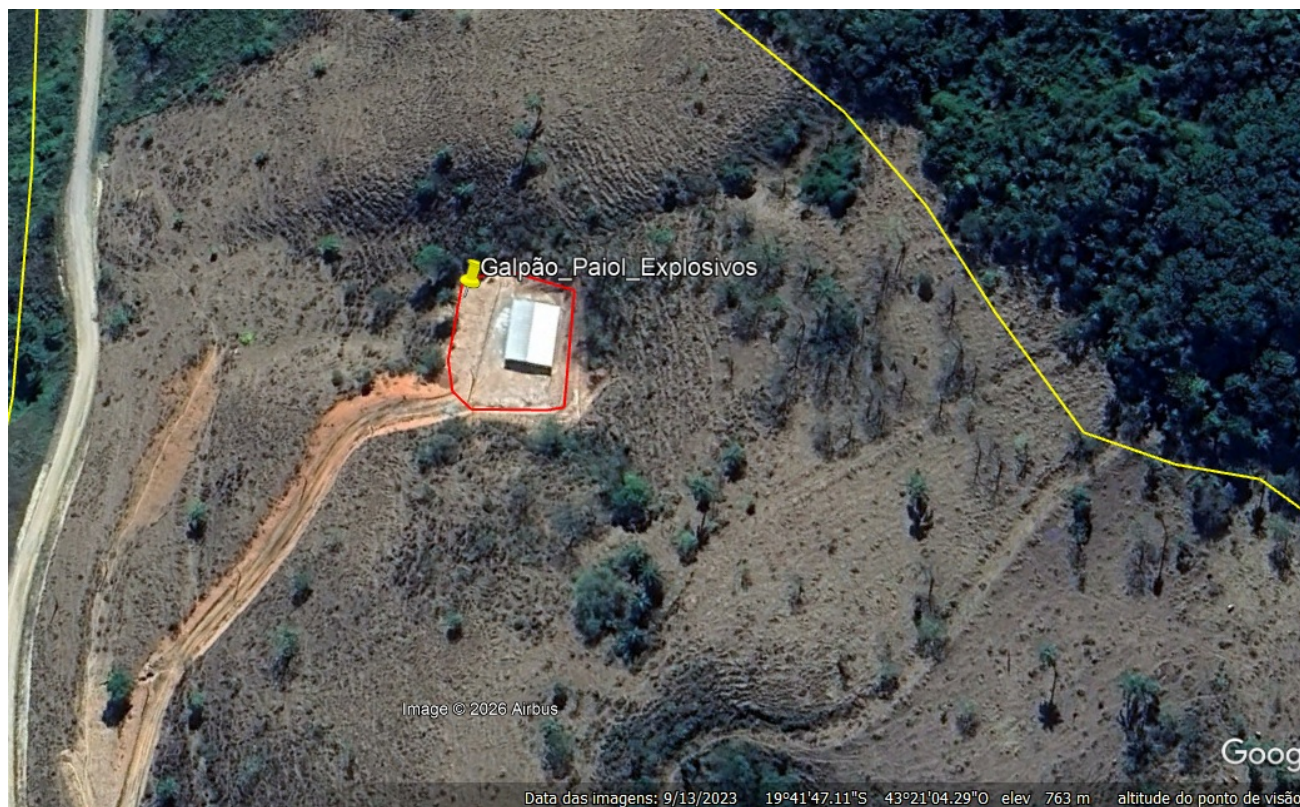


Figura 2- Galpão Paiol de Explosivos (em vermelho). ADA (em amarelo) **Fonte:** Google EarthPro, setembro de 2023.

2) No que se refere ao uso hídrico do empreendimento, foi apresentada CERTIDÃO DE REGISTRO DE USO INSIGNIFICANTE DE RECURSO HÍDRICO nº 0000417358/2023 que regular a captação de 1,000 l/s de águas públicas do CURSO D'ÁGUA SEM NOME, AFLUENTE DO RIBEIRÃO POUSO ALTO, durante 10:00 hora(s)/dia, no ponto de coordenadas geográficas latitude 19° 41' 56,0\"S e de longitude 43° 20' 46,0\"W, para fins de Consumo industrial, Consumo Humano, em favor da NITRONEL LTDA.

Foi apresentada, também, declaração assinada pela proprietária do imóvel, de que a referida captação ocorre nesse lugar desde data anterior à entrada em vigor do Decreto Estadual 47.749/2019, de novembro de 2019.

Frente ao exposto, cabe ressaltar, entretanto, que não foi apresentado documento autorizativo do órgão ambiental (CERTIDÃO DE USO INSIGNIFICANTE) pretérita à que consta nos autos do processo (datada de 11/08/2023). Ademais, em consulta aos sistemas ambientais (SIAM, IDE-SISEMA) não foram encontrados documentos autorizativos que atestem a informação prestada na declaração da proprietária do imóvel, salientando que foram feitas buscas em nome dos proprietários do imóvel (Sr. JOÃO MIRANDA DE OLIVEIRA e sua esposa Sra. MARIA RITA PESSCA OLIVEIRA) e da empresa NITRONEL LTDA.

Vale destacar que o Decreto Estadual n. 47.749/2019, estabelece quais as intervenções são passíveis de regularização:

Art. 3º – São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

- I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;
- II – intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- III – supressão de sub-bosque nativo, em áreas com florestas plantadas;
- IV – manejo sustentável;
- V – destoca em área remanescente de supressão de vegetação nativa;
- VI – corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas;
- VII – aproveitamento de material lenhoso

Por fim, o art. 12 do Decreto 47.749/2019 dispõe que:

Art. 12 – A suspensão da obra ou atividade que deu causa à supressão irregular poderá ser afastada por meio de autorização para intervenção ambiental corretiva desde que ate cumulativamente, as seguintes condições:

I – possibilidade de inferir a tipologia vegetacional existente originalmente na área suprimida por meio da apresentação, pelo infrator, de inventário florestal de vegetação teste em área adjacente ou de inventário florestal da própria área, elaborado antes da supressão irregular, e do respectivo registro de responsabilidade técnica junto ao conselho profissional

II – inexistência de restrição legal ao uso alternativo do solo na área suprimida

III – (Revogado pelo inciso III do art. 45 do [Decreto nº 47.837, de 9/1/2020.](#))

IV – recolhimento, pelo infrator, da reposição florestal, da taxa florestal e das compensações ambientais previstas na legislação ambiental vigente

3) A autorização para construção da fábrica de explosivos emitida pelo Exército é datada em 20/05/2022, ou seja, antes da adequação da ADA (proposta no processo em tela) e novo arrai empreendimento com relocação do galpão de acessórios.

4) Não foram apresentados arquivos vetoriais essenciais à análise geoespacial do empreendimento frente as áreas que possuem regime de proteção estabelecido nos Códigos Flo Federal e Estadual.

Dessa forma, cumpre ressaltar que o presente processo de licenciamento ambiental não foi instruído com o devido processo de Intervenção Ambiental, conforme definido nos arts. 15 e DN COPAM nº 217/2017, quais sejam: i) Processo Autorização de Intervenção Ambiental (AIA) corretivo visando regularizar as áreas objeto do Auto de Infração nº 300577/2022 e ii) Proces Autorização de Intervenção Ambiental (AIA) em APP, visando regularizar a intervenção para captação de água superficial.

A omissão ou prestação de informações contraditórias na caracterização do empreendimento junto ao SLA compromete significativamente o enquadramento do empreendim o rol dos “Documentos necessários” junto ao sistema e prejudica sobremaneira a análise, notadamente, quando das informações decorrem a necessidade de instrução dos pe com estudos próprios.

Diante dos fatos verificados/informados e com base nos levantamentos geoespaciais, constatou: construção de benfeitorias (galpão de paiol de explosivos), em área previamente autuada suspensão das atividades, sem a AIA de caráter corretivo, além da não apresentação da AIA para intervenção em APP para captação de água.

Cabe pontuar que, a Instrução de Serviço SISEMA n. 06/2019 estabelece os procedimentos para análise, acompanhamento e conclusão, no âmbito interno do SISEMA, das solicitaç licenciamento ambiental realizadas por meio do novo Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado de Minas Gerais, dispõe:

Instrução de Serviço SISEMA n. 06/2019

3.4.1 - Da possibilidade de atuação posterior à formalização do processo administrativo no que se refere às informações e aos documentos desconformes e dos tipos de decisão possíveis:

A atuação do órgão ambiental, posterior à formalização do processo de licenciamento ambiental, também poderá resultar em necessidade de correções ou complementações das infor que instruem o processo de licenciamento ambiental ou, no momento decisório conclusivo, em rejeição do processo propriamente dito ou emissão do certificado de licença ambiente.

Dessa forma, as ações pós-formalização gerarão fluxos diferentes a serem tratados pelo corpo técnico envolvido na análise dos processos, os quais podem ser definidos cc enumeração a seguir.

(...)

3 – Sugestão para arquivamento do processo administrativo.

O arquivamento do processo administrativo é a ação prevista pelas hipóteses traçadas no art. 33 do Decreto n. 47.383, de 2018, as quais, ante a atual realidade, podem ser aglutina duas macrosituações:

- A requerimento do empreendedor;

- Falha nas informações que instruem o processo administrativo [grifo nosso]

Frisa-se que a edição de Instruções de Serviços SISEMA tem como objetivo a adoção de procedimentos padronizados pelas áreas da SEMAD, FEAM, IEF e IGAM, a fim de gar uniformidade de atuação dos órgãos e entidades do SISEMA, no território do Estado, conforme preconizado na Instrução de Serviço SISEMA n. 04/2021.

Destaca-se, ainda, que a “*Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado p superveniente*” (art. 50 da Lei Estadual n. 14.184/2002).

Considerando o art. 26 da DN COPAM n. 217/2017:

Durante a análise do processo de licenciamento ambiental, caso seja verificada a insuficiência de informações, documentos ou estudos apresentados, o órgão ambiental estadual dever sua complementação, exceto nos casos que ensejem o arquivamento ou o indeferimento de plano.

Logo, à vista da não apresentação de estudos de cunho técnico e documentos obrigatórios para a correta instrução processual, especificamente quanto à Autorização de Intervenção Aml (AIA), não resta alternativa ao Órgão Ambiental a não ser sugerir o **arquivamento** do pedido de licença ambiental.

Isto posto, de modo a garantir a conformidade da atuação administrativa, imposta sobre os princípios da segurança jurídica, da isonomia e da eficiência administrativa, tal qual já é determ na legislação Estadual e Federal (art. 30 da LINDB), diante de todo exposto, uma vez que a atuação do requerente culminou em falha na instrução processual e nas próprias informaç instruem o processo administrativo, o arquivamento é ação que se justifica.

Dessa forma conforme o histórico apresentado, a equipe URA/LM sugere o **ARQUIVAMENTO** do requerimento de LAC2 (LIC+LO), uma vez que estudos e documentos apresentados insuficientes e/ou inexatos, decorrendo assim em falha na instrução processual.

Disposições finais:

Diante do exposto, servimo-nos deste Despacho para reportar a Vossa Senhoria a sugestão de:

- I. **arquivamento** do Processo Administrativo nº. 30814/2025 (SLA), formalizado pelo empreendedor NITRONEL LTDA. (CNPJ: 02.222.657/0003-90), de Licença Concomitante (LAC 2 fases de LIC+LO, para a atividade de “C-04-08-1 Fabricação de explosivos, detonantes, munição para caça e desporto e fósforo de segurança e/ou fabricação de pólvora e pirotécnicos”, conforme parâmetros e definições da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, motivado por ausência de estudos para instrução do processo administral licenciamento ambiental, nos termos do subitem 3.4.1 da Instrução de Serviço SISEMA n. 06/2019; do art. 50 da Lei Estadual n. 14.184/2002; do art. 17 do Decreto Estar

47.383/2018 c/c as disposições da DN COPAM n. 217/2017 delineadas neste ato administrativo, devendo ser observado pela autoridade decisória as disposições constantes d
3.4.5. pág. 54/56. da Instrução de Serviço SISEMA n. 06/2019 Revisão 01, e

Consigna-se que, uma vez arquivado, o processo de licenciamento ambiental só poderá ser desarquivado por decisão administrativa que deferir eventual recurso interposto pelo empreeer ou por autotutela administrativa, assegurado o direito do requerente em formalizar novo processo, desde que não implique reaproveitamento ou restituição dos custos referentes ao prc arquivado (art. 34 do Decreto Estadual n. 47.383/2018 c/c § 6º do art. 26 da DN COPAM n. 217/2017 c/c Instruções de Serviço SISEMA n. 06/2019 e 02/2021).

Conforme se infere da Instrução de Serviço SISEMA n. 06/2019, a identificação do pagamento das respectivas taxas referentes à formalização processual é realizada de forma automática meio da integração do SLA ao *WebService* de consulta da Fazenda Estadual. Registra-se que tal constatação não exclui a verificação pelo setor competente (NAO/LM) e eventual cobraí valores eventualmente devidos.

Registra-se que a manifestação aqui contida visa nortear na escolha da melhor conduta, tendo natureza opinativa, de caráter obrigatório, porém não vinculante e decisório, podendo a autc competente agir de forma contrária à sugerida pela equipe interdisciplinar, conforme a sua conveniência e oportunidade, sopesando-se a legislação Estadual de regência e as nuances do e parágrafo único, do art. 30, ambos do Decreto-lei n. 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), com redação determinada pela Lei Federal n. 13.655/2018.

É a nossa manifestação opinativa^[2], *sub censura*, pelo que remetemos os autos à deliberação final da autoridade decisória competente.

[1] Vide disposição da página 37 da Instrução de Serviço SISEMA n. 06/2019.

[2] Parecer AGE/MG nº 16.056, de 21 de novembro de 2018: (...) 48. **O parecer administrativo e a nota técnica não equivalem ao ato administrativo a eles posterior, ainda que o administrador tenha acatado integralmente o parecer. O parecer não possui valor normativo, servindo apenas de orientação ao gestor na tomada de decisões.**



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Marina Assis Igidio, Servidor(a) Público(a)**, em 15/01/2026, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Braga Rodrigues, Servidor(a) Público(a)**, em 15/01/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Batista de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 15/01/2026, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emerson de Souza Perini, Servidor(a) Público(a)**, em 15/01/2026, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Evangelista de Carvalho, Servidor(a) Público(a)**, em 15/01/2026, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **131213878** e o código CRC **67E6B292**.

